



Cartas Municipais de Habitação



RECUPERAR
PORTUGAL





Apresentação

Em resposta ao profundo agravamento da dificuldade de acesso à habitação, nos últimos anos foi criado um novo quadro legal e regulamentar com vista a garantir o acesso à habitação, destacando-se a aprovação da 1.ª Lei de bases da habitação e da **“Nova Geração de Políticas de Habitação”**, e a criação de um conjunto alargado de novos programas de política pública.

Paralelamente, com vista a responder aos objetivos de que a reabilitação do edificado e urbana passasse de exceção a regra, e a promover um desenvolvimento urbano sustentável, coeso e inclusivo, foi criado o projeto **“Reabilitar como regra”** que culminou com a revisão de todo o enquadramento legal e regulamentar aplicável à reabilitação habitacional, adequando-o às especificidades inerentes à reabilitação.

À criação deste novo enquadramento legal no âmbito da habitação e da reabilitação, veio recentemente acrescer um instrumento muito poderoso de operacionalização: o **Plano de Reestruturação e Resiliência (PRR)**.

Juntamente com estas dinâmicas, verificam-se atualmente novas tendências ao nível da promoção habitacional, pública e privada, que embora sejam de cariz internacional, têm uma incidência particular em Portugal e para as quais o **PRR** irá dar claros contributos. Com efeito, é emergente uma forte aposta em regimes alternativos à compra de casa, nomeadamente, no arrendamento e em regimes de ocupação temporária, bem como em promoção para públicos específicos (e.g., sénior, estudantil, “city users”), com o desenvolvimento de projetos concebidos para estes regimes de ocupação em particular, o que tem implicações específicas ao nível da tipologia arquitetónica, dos usos do solo, da mobilidade e de planeamento, gestão, financiamento e sustentabilidade das operações.

Vive-se assim um momento singular em matéria de habitação, que terá um impacto muito significativo tanto no meio técnico e profissional ligado ao setor e à administração pública, como na sociedade como um todo e nas condições de vida das gerações futuras. Subjacente ao mesmo, existem fortes dinâmicas que exigem inovação e nas quais a comunidade académica e científica, em particular na área da arquitetura, tem um claro contributo a dar, e cujo apoio é também essencial no sentido de preparar e capacitar o meio técnico e profissional para dar uma resposta qualificada e atempada aos desafios que enfrentam neste domínio.

Foi neste contexto e em resposta a estes desafios, que surgiu a parceria **Aliança “Nova Geração de Habitação”**, que reúne um conjunto de entidades de referência no setor, e que está na base do desenvolvimento de um projeto formativo inovador e de grande atualidade em matéria de habitação.



Parceiros Aliança



a. . .
. . m. área
. l. . metropolitana
. . de lisboa





Cartas Municipais de Habitação

Objetivos

O curso de especialização sobre “Cartas Municipais de Habitação” tem por objetivo principal **disponibilizar formação superior a técnicos e profissionais, com especial enfoque na atualização e reforço de competências, relativamente à elaboração das Cartas Municipais de Habitação.** Pretende-se, por esta via, preparar o corpo técnico para, de forma qualificada, maximizar as oportunidades e potencialidades abertas por este novo instrumento, contribuindo para dar resposta aos desafios atuais no domínio da habitação.

Enquadramento

A FA.UlIsboa promove formação avançada nos domínios da **Arquitetura, do Urbanismo e do Design** em articulação com a investigação desenvolvida no CIAUD e nos seus grupos de investigação. Neste âmbito, os estudos e projetos na área da habitação são um domínio central da atividade da instituição, domínio este que se considera estratégico desenvolver nos próximos anos.

Com efeito, para além da habitação ser um dos temas centrais para a área disciplinar da arquitetura, este é um domínio transversal com forte relevância nas áreas do urbanismo, design e ergonomia, e onde recai uma parte significativa da atividade científica, técnica e profissional destas áreas disciplinares.

Adicionalmente, existe atualmente um contexto muito particular que justifica o aprofundamento dos estudos e investigação neste domínio, como reforço das necessidades de formação complementar por parte dos graduados, sendo os instrumentos de política de habitação um dos domínios específicos onde esta necessidade se faz sentir.

De entre os novos instrumentos criados, assume particular importância a **Carta Municipal de Habitação**, consagrada na recente Lei de Bases da Habitação como «*instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular, no quadro do Plano Diretor Municipal (PDM), com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal*».

Entre outros aspetos, a elaboração e aprovação da Carta Municipal de Habitação é, atualmente, um pré-requisito para os municípios poderem mobilizar um conjunto de outros instrumentos, como aprovar uma “*declaração fundamentada de carência habitacional*”, que os habilita a recorrer a um conjunto de instrumentos específicos e a ter financiamento prioritário em matéria de política de habitação, ou ainda aceder a instrumentos de regulação do Alojamento Local, entre outras funcionalidades.

O contexto muito difícil de acesso à habitação que se vive no país, torna premente o recurso pleno aos instrumentos existentes, mobilizando e maximizando todas as possibilidades e oportunidades do quadro legal vigente, de modo a lograr alcançar os objetivos e superar os desafios atuais no domínio da habitação. Assim, é fundamental para os municípios elaborarem e aprovarem as suas Cartas Municipais de Habitação, tanto por via da imposição legal, como das vantagens operacionais e de acesso pleno aos instrumentos de atuação e financiamento que tal permite.

No entanto, **a Carta Municipal de Habitação é um instrumento novo**, não havendo experiência anterior concernente a um instrumento semelhante, pelo que a sua elaboração se reveste de uma dimensão de investigação técnico-científica e de um caráter inovador e exploratório, para além do grau de complexidade e de tecnicidade inerente aos instrumentos de planeamento correntes.

Com efeito, dada a ausência de boas-práticas e diretrizes consolidadas sobre as Cartas Municipais de Habitação, o seu bom desenvolvimento requer um alto grau de competências e investigação associada, e uma coordenação muito exigente, para além de um conhecimento aprofundado dos instrumentos de política e de planeamento e dos instrumentos de financiamento aplicáveis, bem como o desenvolvimento de novas metodologias e produção de investigação e novo conhecimento de base no domínio da habitação.

Acresce que, pela importância que as Cartas Municipais de Habitação assumem no contexto atual e no desenvolvimento futuro dos municípios, **é fulcral apostar a qualidade da sua elaboração**, o que requererá apoiar o corpo técnico dos municípios, designadamente, mediante o apoio à criação de competências técnicas específicas no domínio.

A FA.U LISBOA/CIAUD, no âmbito das suas atribuições, tem vindo a acompanhar a criação das Cartas Municipais de Habitação, tanto ao nível conceptual e legislativo, como no apoio à sua implementação no terreno, no âmbito da sua investigação e de cooperações estabelecidas com municípios e associações de municípios com iniciativas pioneiras neste âmbito.

É neste contexto que a FA.U LISBOA tem vindo a desenvolver um conjunto de projetos e iniciativas de colaboração com diversos agentes do setor, em particular com entidades da administração pública, que se visa capitalizar, fortalecer e alargar por via da presente proposta de curso.

Para além da atribuição de 10 ECTS, é possível complementar a formação com UCs de programas de doutoramento da FA.U LISBOA, ou outras competências transversais, promovendo a integração e a inscrição de alunos nos cursos de 3º ciclo da FA.U LISBOA.

O presente curso realiza-se nos termos do Regulamento de Estudos Pós-graduação da Universidade de Lisboa, aprovado por Despacho reitoral nº 8631/2020, de 8 de setembro, e do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação não Conferentes de Grau da FA.U LISBOA, de 7 de agosto de 2018.



Públicos-alvo

O curso destina-se a detentores de grau de licenciado nas áreas da Arquitetura, do Urbanismo, do Design, podendo ser admitidos candidatos formados noutras áreas disciplinares complementares que desenvolvam ou pretendam desenvolver atividade científica, técnica ou profissional no domínio da habitação

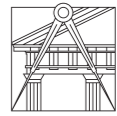
Objetivos

Temas a tratar

Entidade formadora

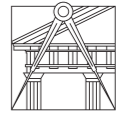
Módulo I - Cartas Municipais de Habitação: O que são?

- Enquadramento legal e conceptual das CMH
- As CMH no contexto do ordenamento e da gestão territorial e urbana
- Implicações do regime jurídico da urbanização e edificação nas CMH
- Exemplos internacionais



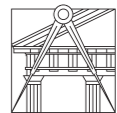
Módulo II - Cartas Municipais de Habitação: Para que servem?

- Objetivos de política de habitação no contexto nacional a diferentes escalas
- Parâmetros no negócio genérico de desenvolvimento imobiliário para habitação
- Política de habitação: relação com a gestão do território e outros instrumentos de política mobilizáveis
- Contributos das CMH para os objetivos de política de habitação



Módulo III - Cartas Municipais de Habitação: Como se fazem?

- O processo: procedimentos, governança e metodologia
- Conteúdos: Diagnóstico, visão e programa de ação
- Integração da Carta nos Instrumentos de Gestão
- Territorial e outros instrumentos de execução das Cartas
- Monitorização, avaliação e reporte





Inscrições

Taxa de candidatura: 25,00€

Valor do curso: 500,00€ (inclui despesas administrativas, seguro escolar e certificação)

Nº mínimo de alunos por curso: 15



FACULDADE DE ARQUITETURA
LISBON SCHOOL OF ARCHITECTURE
UNIVERSIDADE DE LISBOA

IH Instituto da Habitação
RU e da Reabilitação Urbana



LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL

a. . .
. . m. área
. l. . metropolitana
de lisboa

Mais informação e inscrições:

www.fa.ulisboa.pt > Cursos > Pós-Graduações



Portugal